

Saulo sela acordo com garimpeiros em Roraima

LÚCIA TORÍBIO
Enviada especial

Telefoto de João Ramil

BOA VISTA — “Podem ir para casa e comemorar. O garimpo está aberto. Na Floresta Nacional de Roraima ninguém mais vai perturbar vocês”. O comunicado, feito pelo Governador Romero Jucá para os garimpeiros concentrados em frente ao Palácio do Governo, anteontem à noite, fechou a jornada de tensão em que se transformou o primeiro dia da visita do Ministro da Justiça, Saulo Ramos, e evidenciou o recuo do Governo federal na decisão de retirar milhares de garimpeiros da área concedida aos índios ianomamis, em Roraima, por liminar da Justiça Federal. Ontem mesmo, já estava liberado o transporte de combustíveis e alimentos para as pistas de garimpo fora das 19 ilhas consideradas terra indígena.

Trata-se, na prática, do cumprimento de acordo firmado há um mês entre representantes do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e dos garimpeiros e empresários de Roraima, reduzindo a área indígena de nove milhões de hectares para pouco mais de dois milhões. O aval de Saulo ao acordo — inclusive com a garantia de edição de Medida Provisória para a criação de três reservas garimpeiras na Floresta Nacional — foi confirmado após quatro horas de reunião com empresários e garimpeiros, o Governador Romero Jucá, o Diretor Geral do DPF, Romeu Tuma, e o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira.

A cerca de 500 metros, concentrados na Praça Cívica, dois mil garimpeiros acompanhavam as negociações e reagiam de acordo com as informações que chegavam. O início do discurso de Saulo — que ouvira por mais de duas horas os argumentos dos garimpeiros — coincidiu com um dos momentos de maior tensão na praça, quando líderes dos garimpos incitavam à invasão do Palácio Episcopal.

— O povo que não respeita a



O Ministro da Justiça, Saulo Ramos, conversa com índios ianomamis.

Constituição não se respeita — assim o Ministro iniciou sua fala.

Nesse momento, circulavam boatos de que o Governo federal poderia decretar estado de emergência na região. Prevalencia, porém, a convicção de que a vinda de Saulo significava a garantia do acordo e a liberação das áreas para garimpo na Floresta Nacional de Roraima.

— O Ministro não é louco de vir aqui e dizer que não há acordo. Em Roraima, a única coisa que existe é o acordo, ninguém vai cumprir liminar. Isso de li-

minar é coisa de Brasília — afirmou o líder garimpeiro José Altino Machado.

O advogado do Sindicato, Álvaro Celeste, acrescentou:

— Em termos legais não há mais o que fazer. Agora é uma questão de vontade política do Governo ir levando isso aqui da melhor forma até o dia 15 de março. A comunidade tem certeza de que Fernando Collor fará o que prometeu em Roraima: garantir o garimpo e levar os índios para as áreas que não têm ouro.

Ministro faz crítica aos que defendem a retirada

BOA VISTA (Da enviada especial) — Depois de visitar áreas de garimpo desocupadas da região de Surucucus, o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, criticou os defensores da retirada dos garimpeiros.

— A discussão “lá embaixo” é demagógica, infundada e desinformada. Aqui, o problema número um é saúde. Vou convocar o maior número de médicos para tratar de índios e garimpeiros. Aceito voluntários entre os que criticam a ação do Governo.

Ele avaliou que a maior dificuldade para o tratamento dos ianomamis é de transporte. Lembrando que os pilotos da região têm oferecido apoio, disse que essa tarefa deve ser

cumprida pelo Governo. Hoje, em Manaus, o Ministro vai discutir que tipo de apoio pode ser dado pelo Exército.

O Bispo de Boa Vista, D. Aldo Mongiano, explicou ontem por que recusou audiência com o Ministro: ele considera que o problema da retirada dos garimpeiros é do Governo e que a Igreja está “sendo usada como bode expiatório para ser responsabilizada por uma eventual crise social”. Dom Aldo disse que o Ministro já conhecia a sua posição e que uma audiência oficial colocaria a Igreja como “parte no processo”.

— Estão querendo atribuir à Igreja e a mim a determinação da saída dos garimpeiros, quando este não é o meu papel nem o da Igreja. Eu só

digo ao povo e aos índios quais são os seus direitos, garantidos pela Constituição e pela Declaração dos Direitos do Homem. Fazer cumprir leis e garantir direitos são tarefas do Governo — disse.

D. Aldo passou quase toda a quarta-feira, dia da manifestação contra a retirada dos garimpeiros, fora de Boa Vista. Ao retornar, à noite, teve que passar algumas horas sob a proteção do Exército até que se esvaíasse a Praça Cívica, onde fica a Prelazia, ameaçada de invasão durante o dia. Apesar de não querer se encontrar com Saulo, D. Aldo reafirmou que a expulsão dos garimpeiros é essencial para evitar o genocídio dos ianomamis.